

O Trabalho como Princípio Educativo no Estágio Curricular Obrigatório: reflexões sobre um Curso Técnico Integrado

Work as an Educational Principle in the Mandatory Curricular Internship:
reflections on an Integrated Technical Course

El trabajo como principio educativo en la pasantía curricular obligatoria:
reflexiones sobre un curso técnico integrado

Mariza Marchioro Turcato  

Roberta Pasqualli  

Resumo

Compreende-se o trabalho como princípio educativo como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Levando em consideração este conceito, o estudo teve como objetivo analisar como o trabalho como princípio educativo se apresenta nos registros documentais do estágio curricular obrigatório do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense, campus Concórdia. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, que seguiu abordagem qualitativa e foi produzido por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica. Os dados produzidos foram analisados a partir da metodologia da análise de conteúdo. Os resultados apontam que se pode considerar que o estágio permitiu a construção de experiências de trabalho, envolvendo o estudante com informações e conhecimentos de aplicação prática que contribuíram com a sua formação profissional, condições básicas para a compreensão do trabalho como princípio educativo.

Palavras-chave: trabalho como princípio educativo; estágio curricular obrigatório; currículo integrado, curso técnico em alimentos; ensino médio integrado.

Abstract

Work is understood as an educational principle as a humanizing action through the development of all human potential. Taking this concept into consideration, the study aimed to analyze how work as an educational principle is presented in the documentary records of the mandatory curricular internship of the Food Technician course Integrated into High School at the Instituto Federal Catarinense, Concórdia campus. This is an exploratory and descriptive study, which followed a qualitative approach and was produced through documentary analysis and bibliographic research. The data produced was analyzed using the content analysis methodology. The results indicate that it can be considered that the internship allowed the construction of work experiences, involving the student with information and knowledge of practical application that contributed to their professional training, basic conditions for understanding work as an educational principle.

Keywords: work as an educational principle; mandatory curricular internship; integrated curriculum, technical food course; integrated secondary education.

Resumen

Se entiende el trabajo como principio educativo como acción humanizadora mediante el desarrollo de todas las potencialidades humanas. Tomando en consideración este concepto, el estudio tuvo como objetivo analizar cómo el trabajo como principio educativo se presenta en los registros documentales de la pasantía curricular obligatoria del curso Técnico en Alimentos Integrado al Bachillerato del Instituto Federal Catarinense, campus Concórdia. Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo, que siguió un enfoque cualitativo y se produjo a través de análisis documental e investigación bibliográfica.

Los datos producidos fueron analizados mediante la metodología de análisis de contenido. Los resultados indican que se puede considerar que la pasantía permitió la construcción de experiencias laborales, involucrando al estudiante con información y conocimientos de aplicación práctica que contribuyeron a su formación profesional, condiciones básicas para comprender el trabajo como principio educativo.

Palabras clave: el trabajo como principio educativo; pasantía curricular obligatoria; plan de estudios integrado, curso técnico alimentario; educación secundaria integrada.

Introdução

Compreende-se o trabalho como princípio educativo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) “como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (Ciavatta, 2009, p.1). É, portanto, a formação do ser humano na totalidade de suas relações, para que se desenvolva enquanto ser ontológico e histórico. Sendo assim, Maciel (2018, p. 104), define o trabalho como princípio educativo, ao explorar suas raízes, fundamentos e detalhamentos, “enquanto princípio filosófico e epistemológico, que é um fundamento conceitual historicamente atual e indispensável à práxis educativa”.

Considerando tal conceito, atribui-se ao estágio curricular obrigatório importante papel na formação dos estudantes da EPT integrada ao ensino médio, já que este surge para auxiliar nos enfrentamentos de situações reais de trabalho, relacionando as teorias aprendidas no cotidiano escolar. Entende-se, então, que o estágio possibilita a materialização da práxis educativa e, em outras palavras, “é um ato educativo vinculado ao mundo do trabalho, uma experiência antecipada da profissão” (Ricetti; Mayer, 2010, p. 7).

Acerca da práxis, Kuenzer (2003, p. 2) cita Vázquez (1968) para indicar que se trata da relação “teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente”. Contribuindo com a perspectiva do estágio enquanto práxis, Bazana, Nonenmacher e Ramos (2021, p. 23), afirmam que:

[...] pode-se compreender a práxis como uma experiência ativa e dinâmica de ação-reflexão-ação, que utiliza dos conhecimentos já existentes para atuação em situações novas, dentro de uma totalidade, que possibilita a conscientização da realidade, e a consequente (re)elaboração de conhecimentos. Assim, o estágio, ao aproximar o estudante da realidade do mundo do trabalho e da prática profissional e social, contribui para constituir a unidade teórico-prática, superando a unilateralidade, e desenvolvendo o estudante para a vida cidadã e para o trabalho, e desta forma, contribui para a formação integral dos estudantes dos cursos de educação profissional.

Acredita-se, portanto, que a efetivação da práxis no estágio curricular obrigatório é fruto da ação conjunta dos sujeitos envolvidos, ou seja, professores, estudantes, supervisores de estágio, entre outros profissionais. “Processo este que deve se realizar a partir de um trabalho pedagógico integrado que promova a prática e a discussão teórica desta prática, conduzindo-se para um fazer refletido, pensado, um fazer transformador, e não apenas, um fazer por fazer” (Bazana; Nonenmacher; Ramos, 2021, p. 23).

Kuenzer (2003) afirma que se práxis não estiver presente no estágio curricular, apenas ocorrerá a superposição de tempos e espaços do fazer prático e do aprender teórico e isto fortalecerá a já tão discutida fragmentação do ensino entre o pensar e o fazer. É, então, fundamental para a produção de conhecimento na prática de estágio, “refletir sobre esta prática com base em conhecimentos teóricos já existentes para repensá-la e refazê-la” (Bazana; Nonenmacher; Ramos, 2021, p. 24).

Com esta perspectiva teórica demarcada, apresenta-se o Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio como objeto de estudo desta pesquisa. Tal curso foi criado pela Resolução nº 04/CONSUPER de 2012 e, desde então, oferta 35 vagas anuais, no sistema integrado presencial, nos turnos matutino e vespertino, com aulas teóricas e práticas de segunda a sexta-feira. Seu objetivo é

formar profissionais técnicos de nível médio, com sólida base científica e tecnológica, com ampla visão política e social, habilitados para o desenvolvimento de atividades inerentes à ciência e tecnologia dos alimentos visando a formação omnilateral emancipatória, integrando as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura, numa superação da dualidade entre Educação Básica e Educação Técnica (IFC, 2020, p. 12).

Com o olhar para a materialização do objetivo do curso, este estudo busca analisar como o trabalho como princípio educativo se apresenta nos registros documentais do estágio curricular obrigatório do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense, campus Concórdia uma vez que, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso “objetiva oportunizar aos estudantes situações e experiências no mundo do trabalho de forma a adquirir e aplicar conhecimentos (IFC, 2020, p. 43).

Dito isso, a estruturação deste texto se concentrou em três seções. Inicia apresentando as construções teóricas que evidenciam o trabalho como princípio educativo na EPT e o estágio curricular obrigatório na formação humana integral. Na segunda seção encontra-se pautada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e, na sequência, o leitor é encaminhado para o entendimento das análises e resultados. Por fim, são discorridas as considerações finais deste estudo e apresentadas as referências utilizadas.

Trabalho como Princípio Educativo na EPT

Segundo Tumolo (2005), as discussões acerca do trabalho como princípio educativo surgiram por meio de pesquisadores da educação brasileira, no período dos anos 80 e início dos 90 do século XX. Participaram os estudiosos que “pertenciam ao campo do conhecimento, trabalho e educação e que se apoiavam num referencial teórico-político marxista, com enfoque em Gramsci” (Tumolo, 2005, p. 240).

Autores como Marx (1968) e Gramsci (2001), partindo de suas teorias, debateram a ligação entre a educação e o trabalho já que, para eles, existe uma diferenciação entre as classes, ou seja, uma escola para os ricos e a outra para os pobres. Os ricos “teriam

uma educação aos padrões da *paideia* grega (inclusive em seu sentido excludente)” e, os trabalhadores em geral, pobres, “teriam uma formação aos moldes do que Smith (1983) sugeriu, que saibam ler e escrever e fazer contas” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 305).

A teoria gramsciana propunha uma escola unitária que se expressaria na unidade entre instrução e trabalho, na formação de homens capazes de produzir, mas, também, de ser dirigentes, diretores, representantes públicos, etc.

Gramsci (1991) propõe a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalho manual e trabalho intelectual e desenvolve a autodisciplina intelectual e autonomia moral, que seja responsabilidade do Estado, formando as “[...] novas gerações sem divisões de grupos”, (ibid, p. 121), selecionando capacidades individuais que transformarão os organismos de cultura e superarão a dicotomia trabalho intelectual e industrial. Na escola única, à coletivização do tipo social segue-se o desenvolvimento autônomo, responsável via métodos criativos na ciência e na vida que contribuem para atingir a maturidade intelectual (Teodoro; Santos, 2011, p. 8).

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 90, apesar do declínio das discussões acerca da temática no âmbito acadêmico, “o trabalho como princípio educativo sofreu um grande revigoramento na medida em que passou a se constituir como fundamento de propostas de educação que se pretendiam inovadoras e progressistas, desenvolvidas por alguns movimentos sociais” (Tumolo, 2005, p. 240). Com grande atuação no cenário político brasileiro da época, as discussões se ampliaram em espaços como os do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Central Única dos Trabalhadores.

Apesar dos avanços trazidos pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o Decreto nº 2.208/1997 estabeleceu a separação entre o ensino médio geral e a educação profissional técnica de nível médio. Foi somente em 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, que revogou o Decreto nº 2.208/1997 que foi permitida a formação integrada entre a formação geral e a educação profissional, técnica e tecnológica de nível médio (Ciavatta, 2009). Em 2014, o Decreto nº 8.268, alterou o Decreto nº 5.154/2004, trazendo como premissas para educação profissional a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática.

Pensando a educação profissional na perspectiva gramsciana, Castaman e Rodrigues (2020) destacam que, para Antunes (1999), um dos desafios da educação profissional é formar sujeitos para o mundo do trabalho, considerando a multiplicidade de sentidos do trabalho, “sem tentação de ser meio de cooptação do mercado de trabalho, (de)formando o humano e alienando-o dentro do paradigma de que o mercado é que regula tudo, supondo ingenuamente que este tem algum interesse no bem comum e na promoção das pessoas” (Castaman; Rodrigues, 2020, p. 305).

Para Gramsci, a formação técnica não pode ser reduzida ao trabalho manual, para não retroceder ao modelo taylorista e fordista das relações de trabalho. Considera-se, então, que a formação omnilateral seria o melhor meio para qualificar a vida do

trabalhador. Saviani (1986) resume os fundamentos conceituais da proposta do trabalho como princípio educativo. Para ele,

[...] todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (Saviani, 1986, p. 14).

Na atualidade, além dos retrocessos produzidos no campo educacional, especialmente a partir dos anos 2016, fortalecido pela exarcação da Reforma do Ensino Médio, surge a preocupação, também, de observarmos os movimentos produzidos pelo projeto de educação profissional patrocinado pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento que, até então, vem sendo aceito historicamente, de forma subordinada, ao contrário do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, uma perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. Tais movimentos tendem a fortalecer a formação para o mercado de trabalho mais imediatista, se afastando da formação humana integral por meio do trabalho como princípio educativo.

Na sequência, este trabalho apresenta uma discussão sobre a formação humana integral e o estágio curricular obrigatório.

Formação Humana Integral e o Estágio Curricular Obrigatório

A formação humana integral, por meio de uma abordagem politécnica, busca qualificar os estudantes para a formação em sua totalidade. Significa compreendê-la como uma educação completa e abrangente, que engloba todos os aspectos da vida humana.

Para Ramos (2007),

Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica (Ramos, 2007, p. 2).

Em razão dos inúmeros paradigmas que precisam ser superados, a efetivação do currículo integrado no cotidiano escolar é uma tarefa bastante desafiadora para professores e demais sujeitos das instituições de ensino. Isto faz com que, muitas vezes, haja uma grande distância entre as formulações presentes nos projetos pedagógicos de cursos integrados e as práticas concretas em sala de aula. Entre os inúmeros desafios do currículo integrado estão a realização de um trabalho interdisciplinar, o rompimento das hierarquias construídas historicamente entre as áreas do conhecimento e a abertura dos

envolvidos para o trabalho coletivo e para novas experiências pedagógicas (Pasqualli; Silva; Silva, 2019).

Acredita-se que existam práticas educativas que contribuem com a formação do sujeito na sua totalidade, entre elas destacam-se as oficinas de integração, os projetos integradores e os estágios curriculares obrigatórios baseados na perspectiva do trabalho como princípio educativo, objeto de análise dessa pesquisa. É nessa direção a sequência deste texto se assenta.

Acerca do estágio curricular obrigatório, constitui-se, ao longo dos anos, em uma prática fundamental para articular os conhecimentos teóricos, obtidos no ambiente escolar, com a prática profissional, em tese, obtida nas indústrias e empresas. Sabe-se, entretanto, que não houve (e ainda não há) pacificidade para a construção de um conceito único acerca da função do estágio curricular, já que a história da educação brasileira demonstra a “existência de um confronto entre aqueles que defendiam o estágio com foco no interesse da escola e os que focavam o interesse das empresas” (Colombo; Ballão, 2014, p. 172).

Nessa direção, Kuenzer (2003, p. 15), afirma que é essa reflexão que: “determinará a diferença entre prática enquanto repetição reiterada de ações que deixam tudo como está, e práxis enquanto processo resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, entre pensamento e ação”.

Para Zabalza (2015) existem três aspectos essenciais para que o estágio alcance seu sentido formativo: O primeiro diz respeito a uma visão menos mecanicista e mais ampla da formação; o segundo trata da integração entre teoria e prática e, o terceiro, assume que o enriquecimento do conteúdo por meio das experiências que o estudante vivenciará é fundamental para uma formação integral. Para o mesmo autor, é comum que ocorra sobreposição dos aspectos organizacionais sobre os curriculares na execução dos estágios curriculares. Para Raulino e Diemer (2022, p. 3) tal situação pode ser observada “na falta de atenção aos conteúdos de aprendizagem envolvidos no estágio, avaliação superficial, supervisão e coordenação heterogêneos quanto à abordagem e pouco atuantes, além da falta de integração curricular do estágio com as demais disciplinas”.

Nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, se considerarmos as Diretrizes para a Educação Profissional, percebe-se que a centralidade da produção do conhecimento educacional busca capacitar as pessoas para um mundo em mudanças. Tal centralidade é demarcada já que “no ensino médio a base da organização curricular está no currículo integrado, tanto no ensino médio regular como na educação profissional, considerando que a interdisciplinaridade e a contextualização são os principais eixos pedagógicos dessa proposta” (Ribeiro, 2011, p. 89).

Araújo e Frigotto (2015), explicam que a articulação entre a teoria e a prática, podem ser promovidas por meio de diferentes perspectivas: por justaposição, por subordinação de um elemento a outro ou por unidade indissolúvel. Os mesmos autores defendem a unidade indissolúvel como fundamental para a integração curricular.

Sob a ótica da unidade, a distinção entre teoria e prática se dá no seio de uma unidade indissolúvel que pressupõe uma relação de autonomia e dependência de um termo em

relação ao outro. Na visão de unidade, a teoria nega a prática imediata para revelá-la como práxis social, a prática nega a teoria como um saber autônomo, como puro movimento de ideias e a teoria e prática são tidos como dois elementos indissolúveis das “práxis”, definida como atividade teórico-prática (Araújo; Frigotto, 2015, p. 71).

A indissociabilidade entre a teoria e a prática está presente nas normativas da EPT. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica em seu Capítulo II, dos Princípios Norteadores, apresenta-se o inciso IX que destaca a utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2021).

Para Ciavatta (2005, p. 84), integrar remete ao sentido de “completude, de compreensão das partes no seu todo” e, assim, o estágio curricular em uma formação integrada é aquele que estabelece relações concretas entre os conhecimentos escolares e a realidade do mundo do trabalho e da vida em sociedade. Sendo assim, os estágios curriculares obrigatórios dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, de acordo com Bazana, Nonenmacher e Ramos (2021, p. 25) “têm o foco na profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, e pela indissociabilidade da prática com a teoria”.

O estágio curricular obrigatório deve ir além “da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado” (Pacheco, 2015, p. 13-14). Deve contribuir para a formação integral de cidadãos para o mundo do trabalho, capazes de compreender a “sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social” (Araújo; Frigotto, 2015, p. 64).

Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica que tem como forma de abordagem a pesquisa qualitativa. Quanto ao objetivo, a pesquisa é descritiva e exploratória, quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para atender o objetivo da pesquisa foi utilizada a técnica de documentação indireta com fontes primárias e secundárias. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), esse ajuntamento de informações referente ao tema pode ajudar o pesquisador na identificação de problemas e hipóteses, além de possibilitar outras fontes de coleta. A documentação indireta consiste em: “[...] trabalho que se baseia em outro, sendo a fonte original ou primária. Tem como principal característica o fato de não produzir uma

informação original, mas sobre ela trabalhar, procedendo à análise, à ampliação, à comparação etc” (Otani; Fialho, 2011, s.p.).

A pesquisa foi realizada a partir de dados oriundos das fichas de avaliação realizada pelo estagiário e ficha de avaliação realizada pelo supervisor e relatório final) do estágio curricular obrigatório do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do IFC Câmpus Concórdia. As fichas analisadas foram referentes aos anos de 2018 até 2022. O acesso aos documentos se deu após a aprovação para realização da pesquisa. Tais fichas ficam arquivadas, em cópia física, por 5 anos na Coordenação de Extensão e Estágio do câmpus e, após esse período, são encaminhados para o arquivo permanente da instituição, permanecendo, pelo tempo médio, de 30 anos. Não foi permitida a retirada de documentos da instituição e, então, a análise dos documentos foi realizada na sala da Coordenação de Extensão e Estágio do câmpus, no horário de atendimento do setor. Com os documentos em mãos, foi realizada a leitura, a análise minuciosa e a categorização de acordo com a teoria da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), que objetiva analisar “o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo”.

Análises e Resultados

Esta seção tem como objetivo apresentar a análise e os resultados da investigação acerca do trabalho como princípio educativo nos registros documentais do estágio curricular obrigatório do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do IFC, campus Concórdia, entre os anos de 2018 até 2022. O entrelaçamento dos dados obtidos a partir da análise dos registros em documentos institucionais do estágio curricular obrigatório com o referencial teórico e os marcos legais deram corpo a esta análise.

Na sequência, dividido em duas subseções, apresentam-se os achados da análise documental realizada.

Avaliação realizada pelo estagiário (Guia de acompanhamento do aluno em estágio)

O instrumento de avaliação realizado pelo estagiário faz parte da documentação oficial da instituição e encontra-se disponível no *site* do IFC Concórdia, no menu principal, destinado para a Extensão e Estágio (<https://cgex.concordia.ifc.edu.br/estagios/>). Considerando o objetivo dessa pesquisa, as categorias de análise escolhidas foram: a) ano da realização de estágio; b) ramo de realização do estágio; e, c) análise das notas atribuídas para as seguintes questões: c1) O estágio permitiu-me experiência de trabalho, envolvendo-me com informações e conhecimentos de aplicação prática, o que vem contribuir para minha formação profissional; c2) O estágio permitiu-me sentir importância de uma atitude positiva frente ao trabalho organizado e sistematizado e planejado; c3) O estágio permitiu-me conhecer a filosofia, diretrizes, organizações e funcionamento da empresa, transmitindo experiências úteis para o exercício profissional futuro; c4) O estágio permitiu-me identificar com maior clareza meus valores pessoais e de trabalho, o

que ajudou a confirmar (ou repensar) minha escolha profissional; c5) O estágio permitiu-me melhorar meu relacionamento humano, fazendo-me sentir a importância do trabalho em equipe e, c6) O estágio permite-me a familiarização com sistemas, novas tecnologias e metodologias de trabalho, o que facilita o desenvolvimento do senso crítico necessário à minha atitude profissional.

Entre os anos de 2018 e 2022, período de análise documental, 146 estudantes realizaram o estágio curricular obrigatório. Entretanto, foram analisadas 104 fichas de avaliação de estágio realizada pelo estagiário. Não houve como identificar os motivos para a diferença da quantidade entre a quantidade de estagiários e as de fichas de guarda da coordenação de estágios.

Com relação ao ramo de realização do estágio observou-se as seguintes respostas: padaria (18), supermercado (nove), cervejaria (18), vigilância sanitária (oito), vinícola e cachaçaria (quatro), farmácia de manipulação (quatro), empresa de pesquisa (oito), (11), restaurante/pizzaria (11), laticínio (quatro), cooperativa e frigorífico (cinco), hotelaria (três), chocolateria (dois), Empresa (plásticos e indústria) (cinco), ervateira (um) e moinho (um).

Na sequência, buscou-se analisar as notas atribuídas pelos estudantes quanto aos fatores referentes à qualidade do estágio. A escala de avaliação é de zero a 10 e acredita-se que tal nota pode ser considerada um fator de busca ou não por essa empresa concedente de estágio por outros estudantes já que, embora as notas não sejam publicizadas, os estudantes mantêm contato uns com os outros, o que pode gerar indicações negativas.

Apesar do instrumento de avaliação de estágio conter oito questões para serem respondidas pelos estudantes, para essa pesquisa optou-se por apresentar somente a análise de seis questões que foram julgadas aderentes à temática.

A primeira questão analisada foi 'O estágio permitiu-me experiência de trabalho, envolvendo-me com informações e conhecimentos de aplicação prática, o que vem contribuir para minha formação profissional?' A partir da análise dos dados percebeu-se que 55,8% dos estudantes atribuíram ao seu processo de estágio a nota máxima (10). Assim, considera-se que o estágio permitiu contato com a realidade do trabalho por meio de experiências de articulação entre os conhecimentos adquiridos no IFC e a prática profissional. Ademais, os outros 44,2% indicaram notas de sete a nove, valores significativos quando se trata de escala de avaliação da aprendizagem.

Segundo Bourguignon (2007), o estágio é o momento que deve oportunizar ao estudante a experiência e o conhecimento de uma realidade em que atua. Assim, o mesmo não pode ser desenvolvido como se fosse apenas uma preparação para o emprego ou, mesmo, o fornecimento de mão de obra barata para o mercado. Contribuindo, Nora (2004, p. 64) afirma que: "[...] a supervisão tem se restringido a orientação da rotina da instituição, com destaque ao cumprimento das tarefas pré-estabelecidas, sem a garantia de qualidade do estágio".

A segunda questão analisada foi: 'O estágio permitiu-me sentir a importância de uma atitude positiva frente ao trabalho organizado e sistematizado e planejado?' As notas

atribuídas pelos estudantes mostram que 47,1% indicaram ao seu processo de estágio a nota máxima (10), destacando, assim, que o estágio permitiu a compreensão da importância do trabalho organizado e sistematizado e planejado. Além disso, 52,9% indicaram notas de sete a nove, que também são indicadores de aprendizagem. Uma minoria, no percentual de 3,8%, atribuiu nota seis e, embora seja um percentual pequeno, acredita-se ser importante destacar.

Moura (2007), “remete a um movimento que propõe a superação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a partir do entendimento de que todo o ser humano produz sua própria existência, transformando e adaptando a natureza através do trabalho”.

Ricetti e Mayer (2010) afirmam que,

o estágio curricular supervisionado é uma atividade de caráter educativo que possibilita ao aluno vivenciar o cotidiano do trabalho e lidar com situações reais, contribuindo para sua aprendizagem no âmbito social, cultural e profissional. Em outras palavras, “o estágio é um ato educativo vinculado ao mundo do trabalho, uma experiência antecipada da profissão” (Ricetti; Mayer, 2010, p. 7).

A terceira questão analisada foi: ‘O estágio permitiu-me conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento da empresa, transmitindo experiências úteis para o exercício profissional futuro?’ A análise dos dados mostra que 58,7% dos estudantes atribuíram ao seu processo de estágio a nota máxima (10), o que indica que o estagiário conseguiu com a prática do estágio uma maior percepção da sua escolha profissional para o futuro. Também, 39,2%, indicaram notas de sete a nove e, uma minoria, representada por 1,9%, atribuiu nota seis.

Acerca da importância das escolhas profissionais futuras, Batista e Lara (2012) afirmam que

É necessário dotar os futuros profissionais não apenas de conhecimentos e habilidades, mas, fundamentalmente, da capacidade de mobilizar os conhecimentos e habilidades face às situações concretas com que se vai deparar no seu local de trabalho, na escola, e de refletir criticamente sobre os meios, às finalidades e as consequências da sua ação pedagógica (Batista; Lara, 2012, p. 91).

Acerca da mesma temática, Martins (2012), destaca que,

o aluno além de desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos práticos no campo de sua formação, pode obter renda com essa atividade. Para a parte concedente, a vantagem está em incorporar à sua equipe um trabalhador-estudante, uma vez que sobre os termos de estágio e as bolsas a eles vinculadas não incidem encargos trabalhistas e previdenciários comuns aos contratos de trabalho regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou de estatutos próprios do serviço público (Martins, 2012, p. 24).

A quarta questão analisada foi: ‘O estágio permitiu-me identificar, com maior clareza, meus valores pessoais e de trabalho, o que ajudou a confirmar (ou repensar) minha escolha profissional?’ A análise dos dados indica que 47,1% dos estudantes

atribuíram ao seu processo de estágio a nota máxima (10). Enquanto 51,9 %, indicaram notas de sete a nove. Novamente, um único estudante atribuiu nota seis.

No que diz respeito à escolha profissional, as influências no processo de escolha profissional são muitas. Na adolescência, as principais estão relacionadas com a família e a escola. É na fase da adolescência que ocorre um momento de passagem da fase da infância para o início da fase adulta e que muitos estudantes se preparam para a escolha profissional. Por vezes a família contribui com essa decisão e, essa influência pode tanto ajudar, quanto dificultar a escolha. O mercado de trabalho também influencia na decisão desses adolescentes indicando possíveis carreiras de sucesso que, deslumbram e, por vezes, estimulam as escolhas.

Segundo Reis (2015), o estágio é,

para os estudantes o período durante o qual exerce uma atividade prática de aprendizagem dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, podendo ser realizada no estabelecimento de ensino, na comunidade em geral, em empresas públicas e privadas, bem como em escritórios e consultórios de profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, sob responsabilidade e coordenação/supervisão da instituição de ensino (Reis, 2015, p. 133).

Nesta expectativa, percebe-se a importância do estágio na vida profissional de um indivíduo, pois é nesse período que ele se manifesta positiva ou negativamente na área profissional em que está inserido. Por isso, é essencial que ele possa estar consciente daquilo que deseja para sua vida e estar aberto para as oportunidades que possam surgir nas organizações que oferecem estágios.

A quinta questão analisada foi: ‘O estágio permitiu-me melhorar meu relacionamento humano, fazendo-me sentir a importância do trabalho em equipe?’ Os analisados que 59,6 % dos estudantes atribuíram ao seu processo de estágio a nota máxima (10). Enquanto 38,4 %, atribuíram notas de sete a nove. Uma minoria, representada por 1%, atribuiu notas cinco a seis. Observa-se que os estudantes na realização do estágio curricular obrigatório deram a nota máxima para a oportunidade, porém permitiu a experiência do trabalho em equipe, a concepção de reconhecer o trabalho como princípio educativo, levando em conta a profissionalização técnica e a formação, para que a educação não seja somente trabalho e sim a formação do princípio educativo para o trabalho.

A sexta questão analisada foi: ‘O estágio permite-me a familiarização com sistemas, novas tecnologias e metodologias de trabalho, o que facilita o desenvolvimento do senso crítico necessário à minha atitude profissional?’ e, nela, destaca-se que 50% dos estudantes atribuíram ao seu processo de estágio a nota máxima (10). Esse dado destoa da média de notas atribuídas nas questões anteriores e isso pode indicar que, de acordo com o descrito enquanto atividades de estágio realizadas pelo estagiário, que o contato com sistemas, novas tecnologias e metodologias de trabalho pode não ser efetivo.

Outro caminho de análise para esse indicativo pode ser o de que o contato que o estudante tem com o ambiente de trabalho real, vai além da relação da teoria com a prática aprendida na escola. O estágio é realizado no segundo ano e, pode ser que, neste momento, alguns conteúdos ainda não tenham sido trabalhados.

Apesar disso, acredita-se que a aproximação entre estudantes e empresa durante o estágio poderá, futuramente, representar uma oportunidade de emprego no próprio local, após a conclusão do curso técnico. Destaca-se, ainda, que 49%, indicaram notas de sete a nove e, 1%, atribuiu nota seis.

Para finalizar a apresentação e discussão dos resultados do instrumento de avaliação realizado pelo estagiário, acredita-se importante trazer uma reflexão sobre o bom aproveitamento do estágio supervisionado. Ele tem como atribuição promover o ato educativo e, para isso, é fundamental que se evite o desvio de funções, que conforme descreve a nº Lei 11.788/2008, o que pode se caracterizar vínculo empregatício.

Nesta visão é importante o diálogo contínuo com os estagiários a fim de perceber as incompatibilidades com o termo de compromisso e, caso seja constatado desvios de funções, medidas devem ser tomadas para que se recupere o ato educativo e “não caracterizar vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária” (Brasil, 2008).

O estágio deve evitar práticas como as apontadas por Pimenta e Lima (2017), onde

[...] os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, nem sequer se pode denominá-las teorias, pois são apenas saberes disciplinares, em cursos de formação, que em geral estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos. Neles, as disciplinas do currículo assumem quase total autonomia em relação ao campo de atuação dos profissionais e, especialmente, no tocante ao significado social, cultural, humano, da atuação profissional (Pimenta; Lima, 2017, p. 26-27).

Destaca-se que, nesse processo, a mediação entre estágio (prática) e instituição (teoria) deve ser propiciada pelo professor-orientador do estágio. Este trará, à luz das experiências vivenciadas pelos estagiários, a aquisição de novas práticas pedagógicas, levando em consideração os saberes adquiridos no decorrer das experiências profissionais e das relações de trabalho vividas por esses estudantes. Pimenta e Lima (2017) propõem que o estágio, “[...] em seus fundamentos teóricos e práticos, seja esse espaço de diálogo e de lições, de descobrir caminhos, de superar os obstáculos e construir um jeito de caminhar na educação de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos” (Pimenta; Lima, 2017, p. 117).

Avaliação realizada pelo supervisor(a) (guia de acompanhamento do aluno em estágio)

O instrumento de avaliação utilizado pelo supervisor de estágio também faz parte da documentação oficial da instituição e encontra-se disponível no site do IFC Concórdia

(<https://cgex.concordia.ifc.edu.br/estagios/>), no menu principal, destinado para a Extensão e Estágio. Entre os anos de 2018 e 2022, período de análise documental para esta pesquisa, realizaram estágio curricular obrigatório 146 estudantes. Entretanto, foram analisadas as 112 fichas de avaliação realizada pelo supervisor que foram disponibilizadas.

As categorias escolhidas para a análise dos dados foram: a) atividades desenvolvidas; b) observações realizadas pelo supervisor com relação ao desempenho do estagiário e; c) análise das notas atribuídas para as seguintes questões: c1) produto do trabalho (Capacidade de obter resultados, contribuindo para o alcance dos objetivos da Área); c2) Aplicação de Conhecimentos Teóricos (Capacidade em aplicar conhecimentos teóricos para um melhor desempenho em suas atividades); c3) responsabilidade (Empenho no cumprimento das tarefas, com assiduidade e pontualidade); c4) capacidade de relacionamento (Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho favorecendo um clima de solidariedade, respeito e polidez); c5) qualidade de trabalho (Nível de trabalho desenvolvido, considerando o grau de complexidade, exatidão, dentro dos padrões estabelecidos para um estagiário, bem como a compreensão dos conceitos e os objetivos propostos para o seu trabalho); c6) interesse pelo trabalho (Dedicação, disposição e presteza demonstrada no desenvolvimento das tarefas e no ambiente de trabalho); c7) autocrítica (Capacidade de reconhecer seus próprios erros e limitações); c8) zelo (Cuidado dispensado no manuseio de equipamentos, ferramentas, máquinas e/ou outros materiais de trabalho); c9) facilidade de compreensão (Aptidão para observar e analisar os elementos de um problema, chegando a compreensão lógica do todo) c10) Autodesenvolvimento (Esforço e interesse demonstrados na aquisição de conhecimentos/habilidades, por iniciativa própria, visando o aperfeiçoamento de seu desempenho); c11) Criatividade (Capacidade de criar ideias originais, exequíveis e adequadas à situação do trabalho, quando este o exigir); c12) agilidade (Capacidade de realizar as tarefas com competência em tempo hábil); c13) planejamento/organização (Uso de meios racionais para a realização do trabalho.); c14) iniciativa (Capacidade de tomar decisões em benefício do trabalho respeitando a hierarquia, e de sugerir soluções aos problemas emergentes); c15) cooperação (Capacidade de oferecer e solicitar colaboração de terceiros para a execução do trabalho) e c16) expressão oral (Capacidade de expressar-se oralmente e pela escrita; c17) expressão escrita ade de oferecer e solicitar colaboração de terceiros para a execução do trabalho).

A primeira e segunda questão, analisadas conjuntamente, foram: o ramo (empresa/instituição) escolhida e as atividades realizadas. De acordo com a análise documental as atividades realizadas pelos estagiários foram nos seguintes ramos: a) padaria, b) restaurante/pizzaria, c) vigilância sanitária, d) farmácia de manipulação, e) moinho, f) cervejaria, g) supermercado, h) vinícola e cachaçaria, i) empresa de pesquisa, j) universidade, k) laticínio, l) cooperativa e frigorífico, m) hotelaria, n) chocolateria, o) Empresa (plásticos e indústria) e, p) ervateira,

Conforme apontado nos documentos institucionais, a execução de atividades nos estágios teve compatibilidade com a formação dos estudantes, mas, percebeu-se que

alguns dos estudantes participaram dos processos de produção e foram auxiliares em atividades, principalmente na limpeza do local, que seria incompatível ao estágio. Necessariamente, o acompanhamento e monitoramento devem ser realizados pelas instituições de ensino, mediante a designação de um professor-orientador. O acompanhamento pedagógico deve ser feito através dos relatórios de estágio, quando será verificado se as atividades desenvolvidas no período são compatíveis com o plano de estágio e com a área de formação do estudante.

Durante a análise percebeu-se que a escolha do local do estágio foi, muitas vezes, definida em função das poucas opções de vagas disponibilizadas. No currículo do curso é apontado que o estágio curricular obrigatório do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio tem a carga horária mínima de 120 horas e acontece em período de recesso (férias) escolar, geralmente no período do 2º ano ou nas férias do primeiro semestre (janeiro) do 3ª ano para aqueles estudantes, que não conseguiram vagas nas empresas. Tem estudantes que apresentam dificuldades para realizá-lo e se sentem tímidos, com dificuldade de familiarização com os funcionários ou supervisores do local, também se submeter a aceitar vagas e a submissão do estagiário a cumprir com o que é exigido, com medo de perder a vaga de estágio e reprovar.

A segunda questão analisada foi: 'observações realizadas pelo supervisor com relação ao desempenho do estagiário?'. Em análise das 112 fichas, foram 56,3% dos supervisores que não deixaram suas observações, supondo que estavam de acordo com o desenvolvimento dos estagiários. Por outro lado, 43,8% das fichas de avaliação analisadas trouxeram observações. Dentre as observações, destacaram-se: elogios, pontuações de critérios de desenvolvimento pessoal, ponderação, do desempenho do estagiário, destacam curto período de estágio, falta de alguns conhecimentos específicos.

Acerca disso, Buriolla (2003, p. 64) destaca que "a supervisão é um processo educativo", onde o supervisor e o supervisionado aprendem em conjunto, onde há a força, o debate. Também, temos, segundo Mory (2004), a ideia de que um *feedback* pode ser descrito como qualquer procedimento ou comunicação realizada para informar o aprendiz sobre a acuidade de sua resposta, geralmente relacionada a uma pergunta instrucional. Ele também pode permitir que o aprendiz compare sua performance atual com a padrão ou a esperada.

A terceira questão analisada foi: 'Produto do trabalho (Capacidade de obter resultados, contribuindo para o alcance dos objetivos da Área?'. A análise dos dados aponta que 33,9% dos estudantes receberam a nota máxima de seus supervisores na qual é representada a questão da capacidade do trabalho dos estudantes. 66%, receberam notas de sete a nove e, uma minoria, representada por 0,9% recebeu nota a cinco.

A quarta, quinta e sexta questão analisada foram, respectivamente, 'aplicação de conhecimentos teóricos: (capacidade em aplicar conhecimentos teóricos para um melhor desempenho em suas atividades)', 'responsabilidade (empenho no cumprimento das tarefas, com assiduidade e pontualidade)' e, 'capacidade de relacionamento: (capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho favorecendo um clima de solidariedade, respeito e

polidez)’. As respostas mostraram percentuais semelhantes e variaram na casa dos 33% para a nota máxima e, 66% para as notas entre sete e nove. Apenas 1% dos estudantes foram avaliados com a nota cinco.

Pires (2007), traz como indicativo que currículo integrado deve garantir “[...] a formação omnilateral, [...] não apenas adicionando disciplinas técnicas à grade do ensino médio, mas garantindo uma compreensão global do conhecimento e a promoção da interdisciplinaridade, sendo esta, essencial na organização do currículo (Pires, 2007, p.2).

Para contribuir com a discussão, Zabala (1998), sobre a estrutura de conhecimento: “nunca funcionam de modo separado, mas em compartimentos e de maneira integrada” (Zabala, 1998, p. 27) e, pelas avaliações, pode-se perceber que os estudantes chegam nas empresas/instituições com algum conhecimento acumulado para dar conta dos estágios.

A sétima, oitava, nona e décima questão analisada foram: ‘qualidade de trabalho (Nível de trabalho desenvolvido, considerando o grau de complexidade, exatidão, dentro dos padrões estabelecidos para um estagiário, bem como a compreensão dos conceitos e os objetivos)’, ‘interesse pelo trabalho (dedicação, disposição e presteza demonstrada no desenvolvimento das tarefas e no ambiente de trabalho)’, ‘autocrítica (capacidade de reconhecer seus próprios erros e limitações)’ e, ‘zelo (cuidado dispensado no manuseio de equipamentos, ferramentas, máquinas e/ou outros materiais de trabalho)’.

O resultado da análise dos dados apontou que, tanto para as questões sete, oito e dez, as notas atribuídas ficaram na casa dos 50% para a nota máxima e 50% distribuídas entre as notas nove, oito e sete. A questão nove, que trata da autocrítica teve um comportamento bastante diferente: apenas 38% dos estudantes obtiveram a nota máxima e os 62% restantes.

Considerando que as juventudes são diversas e carregam o estigma da rebeldia, cabe uma reflexão sobre o papel da formação para a autocrítica. Compreende-se que na formação integral, é papel da escola estimular processos autocríticos que avancem para além da atribuição somativa em avaliações. Como a autocrítica é valorizada se, ao final do processo apenas notas são atribuídas? Questiona-se aqui, e estende-se a crítica ao longo de todo o instrumento de avaliação utilizado, que avaliações de aprendizagem precisam avançar com o objetivo de ser formativas e não apenas numérica.

Quando analisadas a facilidade de compreensão, o autodesenvolvimento e a criatividade, respectivamente, décima primeira, décima segunda e décima terceira questão, percebeu-se que as notas novamente variaram entre dez e sete, com predominância de notas máximas para a décima primeira questão (50%), uma variação inferior para a décima segunda questão (43,8%) e, ainda, uma maior redução de notas máximas para o item criatividade (35,7%), décima terceira questão.

Ostrower (1993), diz que,

A percepção de si mesmo dentro do agir é um aspecto relevante que distingue a criatividade humana. Movido por necessidades concretas sempre novas, o potencial criador do homem surge na história como um fator de realização e constante transformação. Ele afeta o mundo físico, a própria condição humana e os contextos culturais. Para tanto, a percepção consciente na ação humana se nos afigura com uma

premissa básica da criação, pois além de resolver situações imediatas o homem é capaz de a elas se antecipar mentalmente. Não antevê apenas certas soluções. Mais significativa ainda é a sua capacidade de antever certos problemas (Ostrower, 1993, p. 2).

Em blocos de quatro itens analisados, destacam-se as questões da agilidade, do planejamento/organização, da iniciativa e da cooperação. De modo geral, para esses quatro itens, as notas máximas atribuídas aos estudantes pelos supervisores de estágio variaram entre a casa dos 35,7%, 39,3%, 43,8% e 52,7% respectivamente. As notas entre nove a sete foram a maioria recebida pelos estudantes e, 1% de estudantes receberam a nota cinco no item planejamento/organização.

Acerca destes itens avaliados, concorda-se como Bzuneck e Guimarães (2010), para quem,

em relação a um dado comportamento, haja envolvimento pessoal, baixa pressão e alta flexibilidade em sua execução, e percepção de liberdade psicológica e de escolha. Por outro lado, o controle caracteriza-se por uma regulação externa, ou seja, a pessoa age em função de eventos externos como pressões e obrigações, prazos fatais, recompensas, punições e ameaças (p. 54),

Por fim, foram avaliadas as expressões escrita e oral dos estudantes. Os dados obtidos apontam que 41,1% os estudantes receberam nota máxima (10) para a expressão oral e, 37,5% dos estudantes receberam a nota máxima para a escrita. Fávero, Aquino e Andrada (2000, p. 22) afirmam que o desenvolvimento do texto falado e escrito está “diretamente ligado ao modo como a atividade interacional se organiza entre os participantes. Essa atividade resulta de decisões interpretativas, inferidas a partir de pressupostos cognitivos e culturais”.

Na sequência apresentam as considerações finais desse estudo.

Considerações Finais

Na análise da ficha de avaliação dos estudantes, percebeu-se que há repetições sobre o que eles devem avaliar no questionário, trazendo uma confusão de critérios. Palavras que não são de uso comum dos estudantes também foram observadas. Identificou-se, também, a atribuição de notas máximas em vários quesitos, o que pode indicar a valorização das atividades de estágio ou, também, a possibilidade de que, durante a autoavaliação, os estudantes atribuam notas maiores do que de fato sejam, pois possuem receio de que possam receber notas baixas dos supervisores e queiram equalizar. A suspeita apontada anteriormente se funda no fato de que, ao compararmos itens semelhantes de autoavaliação e avaliação dos supervisores, há certa distorção quantitativa.

Analisando as fichas de avaliações dos supervisores, percebe-se a importância da relação entre os conhecimentos teórico-práticos para a formação profissional dos estudantes da EPT. Destaca-se que os estudantes do curso analisado ainda possuem, pelo menos, um terço do curso a realizar durante a realização do estágio e, isto pode

prejudicar a realização do estágio. Acredita-se ser importante abrir investigações acerca das motivações para a atribuição de tais notas e, sugere-se, então, que a avaliação seja formativa e não apenas somativa. Indica-se de que os instrumentos de avaliação sejam revistos para a incorporação de justificativas para as notas atribuídas tanto pelos estudantes quanto pelos supervisores de estágio.

Como conclusão, no que diz respeito à pergunta inicial da pesquisa - ‘como os conceitos de trabalho como princípio educativo se apresentam nos registros documentais (ficha de avaliação realizada pelo estagiário, ficha de avaliação realizada pelo supervisor) do estágio curricular obrigatório do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do IFC Câmpus Concórdia?’, os resultados apontam que pode-se considerar que o estágio permitiu a construção de experiências de trabalho, envolvendo o estudante com informações e conhecimentos de aplicação prática que contribuíram com a sua formação profissional, condições básicas para a compreensão do trabalho como princípio educativo. Compreender o trabalho, não só como fonte de sobrevivência, mas, também, como princípio educativo, é afirmar a relação entre o trabalho e a educação, no qual o caráter formativo do trabalho e da educação se confirma como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

Finalizando este estudo, é importante ressaltar a importância de que novos diálogos com os estudantes sejam estabelecidos e que novas investigações acerca do trabalho como princípio educativo nos cursos técnicos integrados possam ser evidenciadas. Acredita-se na importância da pesquisa realizada porque, além de apresentar uma concepção de educação - Trabalho como princípio educativo -, ela dialoga, também, com concepção de avaliação da aprendizagem.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 52, n. 38, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Eraldo Leme; LARA, Angela Mara de Barros. O Trabalho, a Escola Unitária e os Intelectuais: Fundamentos para a Pesquisa Histórica em Trabalho e Educação. *Revista Binacional Brasil Argentina*. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1487/1283>. Acesso em: 04 maio 2024.

BAZANA, Josiana; NONENMACHER, Sandra; RAMOS, Maria Rosangela. A relação teoria e prática no estágio curricular: um estudo de caso em um curso técnico integrado ao ensino médio. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 23-

40, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/674>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálisis*, v.10, n. esp. p. 46 – 54. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LbRYxCkMz6jrFxMv7S45PXQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 e março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. *Diário Oficial da União*, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. *Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BZUNECK, José Aloyseo; GUIMARÃES, Sueli Edi Rufini. A promoção da autonomia como estratégia motivacional na escola: uma análise teórica e empírica. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo; GUIMARÃES, Sueli Edi Rufini (Org.). *Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo*. Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 58-77.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antônio. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, [S. l.], v. 6, n. 17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2291>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ClAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação de trabalhadores (1930-60)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *Revista Trabalho Necessário*. Ano 3. n.3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 3 jun. 2024.

COLOMBO, Irineu Maria; BALLÃO, Carmen Mapeza. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. *Educar em Revista*. n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kKhXcCMp56LZ5R54fsL4PFq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 abr. 2024.

FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; ANDRADA, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. *Oralidade e escrita*. São Paulo: Ática, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IFC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. *Projeto Pedagógico de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Curso Técnico de Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Câmpus Concórdia*, 2020. Disponível em: <https://tecnico-alimentos.concordia.ifc.edu.br/>. Acesso em: 19 out. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. *Boletim Técnico do SENAC*, v. 29, n. 1, p. 17-27. Rio de Janeiro, RJ, 2003. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MACIEL, Antônio Carlos. Marx e a politécnica, ou: do princípio educativo ao princípio pedagógico. *Revista Exitus*, [S.l.], v.8, n.2, p.85-110, 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/530>. Acesso em: 9 abr. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Estágio e relação de emprego*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Trad. port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 1968.

MORY, Edna Holland. Feedback research review. In: JONASSEM, D. (Comp.). *Handbook of research on educational communications and technology*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2004.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dala. A supervisão no processo de formação profissional. In: *Revista temas sociais em expressão*, ano III, número 03, maio de 2004, p.p. 63-68.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. *TCC: métodos e técnicas*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PACHECO, Eliezer. *Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes*

para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal, RN: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1018>. Acesso em 11 mai. 2023.

PASQUALLI, Roberta; DA SILVA, Vosnei; DA SILVA, Adriano Larentes. Limites e Potencialidades de Materialização do Currículo Integrado: Uma Análise dos Planos De Ensino e Diários de Classe. *Revista Contexto & Educação*, v. 34, n. 109, p. 104–120, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

PIRES, Tacila. *Educação Profissional: a necessária integração curricular*, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/37-4.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

RAMOS, Marise. *Concepção do ensino médio integrado à educação profissional*. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAULINO, Cíntia Grazielle de Souza. DIEMER, Odair. O estágio como prática educativa no currículo integrado: percepções docentes e discentes. *Educitec*, v. 8, e181522, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1815/833>. Acesso em: 4 maio 2024.

REIS, Jair Teixeira dos. *Relação de trabalho: estágio de estudantes*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2015.

RIBEIRO, Silvia Fernanda Martins Dias. *Ensino Médio Integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2011. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/199>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RICETTI, Mirian Aparecida; MAYER, Rosana. *Estágio*. Curitiba/PR. Base Editorial, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *O nó do ensino de 2º grau*. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

TEODORO, Elinilze Guedes; SANTOS, Rosineide Lourinho. Trabalho como princípio educativo na educação profissional. *Revista De Ciências Humanas* 1(1). Recuperado de Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3896>. Acesso em: 8 dez. 2023.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio

educativo: uma articulação possível? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CGxwcBD8DNnsn5s4vxMqqFt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ZABALA, Antoni. A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise. In: ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZABALZA, Miguel Angel. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. São Paulo: Cortez, 2015.

Mariza Marchioro Turcato

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT IFSC). Técnica Administrativa no IFC Câmpus Concórdia.

Roberta Pasqualli

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Câmpus Chapecó. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Inovações Pedagógicas, Saberes Docentes e Educação a Distância. É Pós-Doutora em Educação pela UFRGS onde estudou os saberes docentes dos professores do Sistema Rede E-TEC Brasil.